## ESTADO DE MATO GROSSO - PODER LEGISLATIVO ${\sf ASSEMBLEIA\ LEGISLATIVA}$

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

## DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL SETEMBRO DE 2012 A AGOSTO DE 2013

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

	DESPESAS I	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	(Últimos		
DESPESA COM PESSOAL	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM	
		RESTOS A PAGAR	
		NÃO	
		PROCESSADOS	
	(a)	(b)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	161.822.100,60	0,00	
Pessoal Ativo	144.477.829,84		
Pessoal Inativo e Pensionistas FAP	17.344.270,76		
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	16.063.596,17	0,00	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	1.866.240,09		
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00		
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00		
Contribuição Patronal e Servidores ISSSPL - Inativos e Pensionistas com rec. Vinculados ISSSPL	12.773.939,58		
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados FAP	1.423.416,50		
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	145.758.504,43	0,00	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	145.75	145.758.504,43	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VA	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL* (V)	9.582.2	9.582.268.527,75	
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	1	1,52	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 1,77%	169.60	169.606.152,94	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 1,68%	160.98	160.982.111,27	

FONTE: Sistema Betha Sapo, Balancetes Mensais de setembro de 2012 a agosto de 2013 da Assembleia Legislativa, ISSSPL e FAP, 27/set/2013, 15h e 38m

- $. a) \ Despesas \ liquidadas, \ consideradas \ aquelas \ em \ que \ houve \ a \ entrega \ do \ material \ ou \ serviço, nos \ termos \ do \ art. \ 63 \ da \ Lei \ 4.320/64;$
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Dep. MAURO SAVI 1º Secretário Dep. ROMOALDO JUNIOR Presidente

JOEL EVANGELISTA DOS SANTOS Secretário de Planej. Orçamento e Finanças CLESSO BARROS DE ARRUDA
Ger. Div. Contabilidade - Contador CRC/MT 007810/O-5

MANOEL MARQUES FONTES
Auditor Geral - Contador CRC/MT 3738/O-2

www.al.mt.gov.br

\*Republicado por ter saído incorreto no D.O de 30/09/2013 em 02/10/2013 no Diário Oficial 26143.

<sup>\*</sup> Nota: Receita Corrente Líquida fornecida pela SEFAZ-MT.

<sup>\*\*</sup>Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em: